

SUMÁRIO

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Antinomias jurídicas: análise doutrinária e jurisprudencial</i> Ricardo Alves de Lima; Bruno Casagrande e Silva	15
<i>Lucro obtido pela violação a direitos de personalidade</i> João Marcelo Torres Chinelato	49
<i>Da coisa julgada nos processos com declaração de estado de coisas inconstitucional: efeitos das decisões judiciais com estado de coisas inconstitucional e sua relação com processos coletivos</i> Priscila Resende; Carla Vidal Gontijo Almeida; Samuel Alves Resende	65
<i>Contratação direta na Lei nº 14.133/2021</i> Gabriela Shizue Soares de Araujo; Alessandro de Oliveira Soares	81
<i>A perspectiva da vítima no âmbito do acordo de não persecução penal</i> Beatriz Daguer; João Gualberto Garcez Ramos	105
<i>Notas sobre la Constitución Federal de la República Argentina</i> Raúl Gustavo Ferreyra	125
<i>El sistema constitucional de Brasil: la articulación de poderes en las negociaciones comerciales internacionales</i> Jesús López de Lerma Galán	149
<i>O preconceito linguístico como uma injúria: diálogos possíveis entre o Direito Penal e a Análise do Discurso Ecológico</i> Tadeu Luciano Siqueira Andrade	171
<i>A gestão empresarial de serviços públicos e seus impactos no Estado Democrático e no Direito Administrativo</i> Robertonio Santos Pessoa	187
<i>Código Florestal: controle de constitucionalidade, vedação ao retrocesso ambiental e reclamação constitucional</i> Carlos Eduardo Delgado; Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida	203

JURISPRUDÊNCIA

ÓRGÃO ESPECIAL

<i>Agravo interno. Negativa de seguimento ao Recurso Especial. Aplicação da tese firmada em recurso repetitivo. Desnecessidade de aguardar o trânsito em julgado do acórdão paradigma.</i> ApCiv 5004346-66.2019.4.03.6128 Desembargador Federal Johonsom Di Salvo	225
<i>Suspensão de Liminar e de Sentença. Ingresso de "amicus curiae". Impossibilidade. Ação Civil Pública. Sistema nacional de prevenção e combate à tortura. Protocolo facultativo à convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. Decreto nº 6.085/2007. Lei nº 12.847/2013. Comitês e mecanismos estaduais e distritais de prevenção e combate à tortura (MECPCT). Discricionariedade. Prejuízo à autonomia de ente federativo e independência entre os poderes.</i> SLS 5011834-50.2024.4.03.0000 Desembargador Federal Carlos Muta	226

Conflito de Competência entre relatores integrantes das 1ª e 2ª Seção desta Corte Regional. Feito originário no qual se discute a regularidade do procedimento administrativo de compensação de créditos previdenciários. Especialidade da competência da 1ª Seção.
 CCCiv [5021404-60.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Giselle França 230

Conflito Negativo de Competência. Antecipação de garantia. Execução Fiscal. Dispensa da reunião de feitos. Ausência de prevenção.

CCiv [5031510-81.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 231

PRIMEIRA SEÇÃO

Ação Rescisória. Art. 966, VI, do CPC. Coisa julgada formada em ação monitória. Citação recusada pelo suposto devedor. Assinatura falsa atribuída a falecido réu. Exigência em face de viúva. Demonstração no curso do feito rescisório. Decadência. Termo inicial. "Actio nata". Inocorrência. Falsidade comprovada. Laudo pericial. Julgado viciado.

AR [5015518-17.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Francisco 232

Conflito Negativo de Competência. Anulação de ato administrativo. Demanda que versa a respeito de bem imóvel objeto de assentamento pelo INCRA. Causa excluída da competência do Juizado Especial.

CCiv [5013478-28.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Alessandro Diaferia 234

Primeira Turma

Execução Fiscal. Prescrição intercorrente. Suspensão do processo por não localização de devedor ou bens. Falência não interrompe o prazo prescricional. Inércia da exequente.

ApCiv [0011823-25.2000.4.03.6119](#)

Desembargador Federal David Dantas 235

Desapropriação. Metalaunder da CPERCAMP. Caráter não vinculante. Perícia judicial. Apta a estabelecer indenização. Especulação imobiliária. Não comprovada. Lucros cessantes. Incabíveis. ADI 2.332. Entendimento inaplicável. Modificação legislativa posterior.

ApelRemNec [0006422-33.2013.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Renato Becho 236

Contrato de financiamento imobiliário. Neoplasia do mutuário. Cobertura securitária. Quitação do saldo residual. Impossibilidade. Ausência de configuração do sinistro de invalidez total e permanente.

ApCiv [5001645-76.2020.4.03.6103](#)

Desembargador Federal Antonio Morimoto 239

Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Contrato de empréstimo consignado fraudulento. Legitimidade passiva. INSS. Dano material e moral caracterizado.

ApCiv [5002429-49.2022.4.03.6114](#)

Desembargador Federal Herbert De Bruyn 240

Segunda Turma

Ação indenizatória. Legitimidade passiva da CEF. Danos materiais devidamente comprovados. Depreciação do bem. Danos morais existentes. "Quantum" mantido.

ApCiv [0003233-71.2013.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 241

Ação de cobertura securitária e quitação de contrato de financiamento. Doença preexistente. Exigência de exames médicos prévios não realizada. Má-fé do segurado não comprovada.

ApCiv [5004930-80.2020.4.03.6102](#)

Desembargadora Federal Renata Lotufo 243

Embargos de Terceiro. Cônjuge responsável tributário. Penhora de bens do casal. Súmula 251 do STJ. Regime de comunhão universal de bens. Art. 1667 do Código Civil. Bem indivisível. Penhora em sua integralidade. Divisão do produto obtido com a alienação judicial.

ApCiv [5155571-29.2020.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Audrey Gasparini 245

SEGUNDA SEÇÃO

Ação Rescisória. Embargos à Execução Fiscal. Adesão à programa de parcelamento tributário. Confissão irrevogável e irretratável. Dolo processual da parte vencedora. Prova nova. Violação à norma jurídica. Decisão "extra petita". "Reformatio in pejus". Não ocorrência. Ação rescisória como sucedâneo recursal. Verba honorária por apreciação equitativa.

AR [5000220-82.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Mairan Maia 246

Conflito Negativo de Competência. Direito de propriedade. Artigo 47 do CPC. Competência absoluta. Local do imóvel. Precedentes.

CCCV [5021185-47.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Marisa Santos 248

Terceira Turma

Justiça gratuita. Litigância de má-fé. Não configurada. Divulgação de fotografia de imóvel diverso daquele penhorado e a ser leiloado. Dano moral e material. Indenização. Descabimento.

ApCiv [0004375-24.2015.4.03.6103](#)

Desembargador Federal Nelson dos Santos 249

Mandado de Segurança. Adicional de COFINS-importação. Tema 1.047/STF. RE nº 1.178.310 em Repercussão Geral. Constitucionalidade. Creditamento. Impossibilidade. GATT. Violação à cláusula de não discriminação. Não ocorrência. Medidas provisórias nº 774/2017 e nº 794/2017. Anterioridade nonagesimal não aplicável.

ApCiv [5006857-30.2020.4.03.6119](#)

Desembargadora Federal Adriana Pileggi 251

Lei nº 14.148/2021. Programa emergencial de retomada do setor de eventos (PERSE). Lei nº 14.592/2023. Cadastro do Ministério do Turismo. Revogação do benefício para os contribuintes que não possuíam inscrição do CADASTUR na data de sua publicação (30/05/23). Inexistência de impedimento para tal revogação. Não se trata de modalidade de isenção condicional. Lei 14.859/2024 posteriormente permitiu a fruição do benefício às pessoas jurídicas que exerçam, dentre outros, a atividade do impetrante (restaurantes e similares) desde que possuam a referida inscrição.

ApCiv [5026789-90.2022.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Rubens Calixto 253

Execução Fiscal. Carta de fiança. Seguro garantia. Substituição. Possibilidade. Princípio da menor onerosidade.

AI [5004403-96.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Nery Junior 255

Pensão por morte de anistiado político. Afastamento do teto constitucional. Natureza indenizatória exclusão de parcelas indenizatórias do teto. Jurisprudência do STJ. Acumulação com aposentadoria por idade da viúva. Benefícios com natureza e origem diversas.

AI [5020177-35.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 257

Mandado de Segurança. PIS. COFINS. Incidência sobre as próprias bases de cálculo (Tema 1.067/STF). Legitimidade. Tributação por dentro. Não-cumulatividade. Operacionalização pelo método base contra base.

AI [5021089-32.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Delgado 258

Quarta Turma

Bagagem desacompanhada. Descaracterização. Fraude. Pena de perdimento.

ApCiv [0002967-41.2014.4.03.6100](#)

Desembargador Federal André Nabarrete 261

Ação Popular. Remessa Oficial. CREA/SP. Sentença "extra petita". Não configuração. Adstrição da sentença à causa de pedir. Ônus da prova do réu. Possibilidade do superintendente jurídico em desempenhar atividades típicas de advogado. Inteligência dos arts. 29 e 70 do EOAB. Configuração de lide temerária.

ApelRemNec [0014833-46.2014.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 262

Ação Civil Pública. Obrigação de fazer. Agência da previdência social. Acessibilidade. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Fechamento no curso da demanda. Perda do objeto. Afastamento da multa astreinte.

ApelRemNec [0002106-25.2015.4.03.6131](#)

Desembargadora Federal Leila Paiva 264

Ação Anulatória. IRPF. Veterinário autônomo. Remuneração paga a terceiros. Profissionais do mesmo ramo, de outras especialidades. Despesas dedutíveis.

ApCiv [5005364-11.2021.4.03.6110](#)

Desembargadora Federal Mônica Nobre 266

TCFA. Art. 13, II, "b" da Portaria IBAMA nº 260/2023. Critério contrário ao previsto no art. 17-D da Lei nº 6.938/81: ilegalidade. Cabimento do Mandado de Segurança de origem. Decadência não ocorrida.

AI [5019437-77.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Wilson Zauhy 267

Sexta Turma

Embargos à Execução Fiscal. Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde – TRSS. Lei 13.478/2002. Base de cálculo. Potencial de geração de resíduo sólido. Faixas de classificação. UNIFESP. Abusividade na cobrança. Honorários fixados por apreciação equitativa.

ApCiv [5012207-04.2020.4.03.6182](#)

Desembargador Federal Souza Ribeiro 268

Julgamento monocrático. Possibilidade. Rol do artigo 932 do CPC meramente exemplificativo. Inexistência de violação ao princípio da colegialidade. Artigo 18-A da Lei Pelé. Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais - CBDI. Mandato de presidente em curso em abril de 2014. Permitida uma única recondução.

ApCiv [5032121-72.2021.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos 269

TERCEIRA SEÇÃO

Ação Rescisória. Art. 966, III e VI do CPC. Dolo processual, coação e prova falsa. Restabelecimento de pensão por morte. Reconhecimento da condição da autora de companheira do segurado falecido. Sentença que concede o benefício integralmente à ex-cônjuge do "de cujus". Impedimento ao exercício de contraditório e ampla defesa pela autora na ação de origem não demonstrado. Prova falsa. Falsidade dos depoimentos. Ação rescisória como sucedâneo recursal.

AR [5017084-69.2021.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Marcelo Vieira 271

Ação Rescisória. Prova nova. Reconhecimento de tempo especial. Enfermeira hospitalar. Agentes biológicos. Ausência de pedido para o período dos autos subjacentes.

AR [5023622-95.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal João Consolim 274

Ação Rescisória. Benefício por incapacidade. Violação de norma jurídica e coisa julgada quanto ao termo inicial do benefício. Desconstituição parcial do julgado. Rejulgamento.

AR [5000223-03.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Gilberto Jordan 276

Conflito de Competência. Valor da causa. Parcelas vencidas e vencendas. Dano moral. Fixação com razoabilidade. Valor que não deve superar o "quantum" apurado à título de danos materiais.

CCiv [5010461-81.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Louise Filgueiras 278

Sétima Turma

Agravo Interno. Julgamento monocrático. Possibilidade. Trabalho comum urbano. Anotação na CTPS. Recolhimento extemporâneo. Reconhecimento. Benefício restabelecido.

ApCiv [5001072-27.2018.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Erik Gramstrup 280

Revisão de benefício. Art. 29, II, da Lei nº 8.213/91. ACP nº 0002320-59.2012.4.03.6183. Decadência. Incapaz. Sentença "extra petita". Nulidade.

ApCiv [5001651-94.2019.4.03.6143](#)

Desembargador Federal Marcus Orione 281

Auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Incapacidade total e permanente provada. Cálculo da RMI: regra da EC 103/2019 afastada. Observação do princípio da irredutibilidade dos benefícios previdenciários.

ApCiv [5002543-09.2022.4.03.6107](#)

Desembargador Federal Jean Marcos 283

Salário-maternidade. Artigos 71 a 73 da Lei nº 8.213/1991. Artigos 93 a 103 do Decreto nº 3.048/1999. Requisitos não preenchidos. ADI 2110 e ADI 2111 (21/03/2024) do STF.

ApCiv [5002069-31.2024.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Inês Virgínia 284

Oitava Turma

Aposentadoria por tempo de contribuição. Certidão de tempo de serviço. Servidor filiado a regime próprio na DER. Impossibilidade. Pedido improcedente.

ApCiv [5000222-11.2022.4.03.6136](#)

Desembargador Federal Toru Yamamoto 285

Agravo Interno em Agravo de Instrumento. Não cumulação de aposentadoria e seguro desemprego.

AI [5015361-78.2022.4.03.0000](#)

Juíza Federal Convocada Raecler Baldresca 286

Benefício por incapacidade. Comprovação da incapacidade laboral. Laudo pericial judicial. Prestígio da prova pericial.

ApCiv [5068456-62.2023.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Silvia Rocha 287

Nona Turma

Desaposentação. Juízo de retratação. Art. 1.040, II, do CPC. Tema n. 503 da Repercussão Geral (RE n. 381.367 e 661.256). Impossibilidade.

ApelRemNec [0009096-12.2011.4.03.6183](#)

Desembargadora Federal Ana Iucker 288

Aposentadoria por tempo de contribuição. Concessão. Tempo de serviço comum. Aluno aprendiz. Possibilidade. Requisitos preenchidos. Benefício concedido desde a DER.

ApCiv [0001270-02.2013.4.03.6138](#)

Desembargador Federal Fonseca Gonçalves 289

Aposentadoria por tempo de contribuição. Hidrocarbonetos. EPI eficaz. Corte de cana. Especialidade comprovada.

ApCiv [5040909-23.2018.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Cristina Melo 291

Auxílio-reclusão. Requerimento administrativo apresentado após a soltura do segurado. Dependente absolutamente incapaz. Possibilidade de concessão do benefício. Consectários.

ApCiv [5000296-94.2023.4.03.6115](#)

Desembargadora Federal Daldice Santana 292

Décima Turma

Benefício assistencial. Cerceamento de defesa não configurado. Preliminar de nulidade da sentença rejeitada. Previdenciário. Deficiência. Requisito não preenchido.

ApCiv [5289197-47.2020.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Nelson Porfírio 293

Seguro desemprego. Impugnação ao cumprimento de sentença. Cumulação com benefício por incapacidade. Impossibilidade. Compensação. Conta de liquidação. Adequação.

AI [5004717-13.2021.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Baptista Pereira 294

LOAS. Alteração da renda familiar. Devolução de valores. Tema 979. Boa-fé configurada.

ApCiv [5006797-67.2023.4.03.6114](#)

Desembargador Federal Marcos Moreira 295

Aposentadoria por incapacidade permanente. Indígena. Intervenção do Ministério Público em primeira instância. Necessidade. Sentença anulada.

ApCiv [5002898-12.2024.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Gabriela Araujo 296

QUARTA SEÇÃO

Revisão Criminal. Artigo 621, inciso I, do CPP. Peculato-furto. Preliminar afastada. Impossibilidade de desclassificação da conduta. Condenação mantida. Provas suficientes. Improcedência do pedido revisional.

RevCrim [5015526-57.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Paulo Fontes..... 297

Conflito Negativo de Jurisdição. Inquérito policial em tramitação. Encerramento da investigação. Oferecimento de denúncia. Regulamentação do instituto do juiz das garantias. Redistribuição dos autos. Adequação. Intelecção da resolução CJF3R 117/24.

CJ [5023440-75.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Hélio Nogueira 299

Quinta Turma

Roubo de dormentes de trilho. Autoria, materialidade e dolo comprovados. Rompimento de obstáculo. Adoção de qualificadora como circunstância judicial. Pena-base reformada de ofício.

ApCrim [5000511-06.2020.4.03.6138](#)

Desembargador Federal Ali Mazloum..... 300

Agravo em Execução Penal. Falta disciplinar de natureza grave. Procedimento administrativo disciplinar. Decreto nº 6.049/2007. Homologação da falta. Prescrição da pretensão punitiva disciplinar. Artigo 109, VI, Código Penal. Aplicação por analogia.

AgExPe [5007013-84.2020.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Maurício Kato 302

Tráfico de drogas (Lei n. 11.343/06, art. 33, "caput", c. c. § 4º e art. 40, I). Dosimetria. Pena-base. Natureza e quantidade (15.032 g e 15.089 g de metanfetamina). Causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 (1/2). Prisão preventiva. Substituição por outras medidas cautelares.

ApCrim [5000946-95.2024.4.03.6119](#)

Desembargador Federal André Nekatschalow 303

Décima Primeira Turma

Incidente de restituição de coisas apreendidas. Arts. 118 a 120 do CPP. Investigações relacionadas à suposta prática de crime de lavagem de dinheiro. Apelante investigado na "Operação Voo Baixo". Pedido de restituição de aeronaves. Pedido subsidiário não apreciado pelo juízo de origem.

ApCrim [5003720-77.2022.4.03.6181](#)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 305

Agravo em Execução Penal. Sistema penitenciário federal. Livramento condicional. Art. 83 do Código Penal. Requisito subjetivo não atendido.

AgExPe [5004418-73.2024.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Nino Toldo..... 307

"Habeas Corpus". Art. 4º da Lei 7.492/86. ANPP. Recusa motivada por parte do Ministério Público Federal. Art. 28-A, §14 do CPP. Ausência de efeito suspensivo. Ordem denegada.

HCCrim [5031212-89.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal José Lunardelli 308

TURMAS RECURSAIS DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

Aposentadoria por tempo contribuição. Revisão para inclusão de períodos especiais. Decisão transitada em julgado. Recurso contra decisão em fase de execução. Mitigação da fidelidade ao título executivo. Correção de grave injustiça. Recurso parcialmente provido. Recurso Inominado Cível [0005271-64.2020.4.03.6306](#)
 Juiz Federal José Renato Rodrigues 309

Aposentadoria por tempo de contribuição. Reconhecimento de vínculo sem registro em CTPS. Ausência de prova material. Extinção do processo sem resolução do mérito por insuficiência probatória. Recurso parcialmente provido. Recurso Inominado Cível [5002588-10.2022.4.03.6302](#)
 Juiz Federal Omar Chamon 312

SENTENÇAS

Procedimento Comum Cível. Ação proposta em face da Caixa Econômica Federal - CEF e da ETC - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Pleito de indenização por danos materiais e morais. Extravio de cartão de crédito através de sua entrega a terceiro pelos Correios. Realização de transações bancárias perante a CEF mediante fraude. 5000933-13.2021.4.03.6116
 Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes 321

Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Pleito de isenção de imposto de renda incidente sobre proventos de aposentadoria. Portador de cegueira monocular. 5002042-89.2022.4.03.6322
 Juiz Federal Caio Cezar Maia de Oliveira 330

Mandado de Segurança Cível. Suspensão e anulação de protesto. Protestos relacionados ao PIS e à COFINS. Alegação de que a Certidão de Dívida Ativa, não possui certeza e exigibilidade. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário nos autos da execução fiscal. 5020696-77.2023.4.03.6100
 Juiz Federal Rafael Andrade de Margalho 332

Procedimento do Juizado Especial Cível. Ação de responsabilidade civil extracontratual. Erro judiciário. Reclamatória trabalhista. Bloqueio de valores depositados. Indenização por dano material e compensação de dano moral. 5001221-45.2024.4.03.6345
 Juiz Federal Caio Cezar Maia de Oliveira 335

Mandado de Segurança Cível. Autorregulação incentivada. Inclusão de débitos vencidos posteriormente à Lei nº 14.740/2023. Impossibilidade. Anistia fiscal só abrange débitos vencidos anteriores à lei instituidora. 5007820-56.2024.4.03.6100
 Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 341

Mandado de Segurança Cível. Pleito de reconhecimento do direito líquido e certo de não se submeter a obrigações nem de sofrer penalidades decorrentes da aplicação concreta de disposições constantes da Lei nº 14.611/23, do Decreto nº 11.795/23 e da Portaria MTE nº 3.714/23 por parte da autoridade impetrada, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. 5008273-51.2024.4.03.6100
 Juiz Federal Renato Adolfo Tonelli Junior 346

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 361

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região ..369